

COMPLEXO HOSPITALAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Rua Pastor Samuel Munguba, nº 1290 - Bairro Rodolfo Teófilo
Fortaleza-CE, CEP 60430-372
- <http://ch-ufc.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23533.030466/2024-01

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a **prestação de serviços continuados de manutenção corretiva, sob demanda, incluindo o fornecimento e a reposição de peças, para endoscópios flexíveis**, para atender às necessidades do Complexo Hospitalar do Ceará, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que contempla o Hospital Universitário Walter Cantídio e a Maternidade Escola Assis Chateaubriand, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, por um período de **12 (doze) meses**, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos até o limite de 5 (cinco) anos, em consonância com o disposto no *caput* do art. 147 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

1.2. DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.2.1. O objeto deste Termo de Referência trata da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva, sob demanda, incluindo fornecimento/reposição de peças, em endoscópios flexíveis, para atender às necessidades do Complexo Hospitalar do Ceará, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que contempla o Hospital Universitário Walter Cantídio e a Maternidade Escola Assis Chateaubriand. Estão contemplados no objeto desta contratação os serviços de manutenção corretiva, para os tipos de equipamentos descritos abaixo, onde consta a sinalização das marcas e modelos atualmente disponíveis no CH-UFC:

Grupo	Item	CATMAT	CATSER	Descrição	Categoria	Quantidade anual estimada	Valor unitário	Valor anual estimado
1	1	-	16055	Serviço de manutenção de baixa complexidade em endoscópio flexível sem desmontagem do equipamento , incluindo obrigatoriamente a troca da borracha da ponta, em videogastroscópios, videocolonoscopios e videoduodenoscopios.	Serviço	53	R\$	R\$
	2	-	16055	Serviço de manutenção de média complexidade em endoscópio flexível com a desmontagem parcial do equipamento , incluindo obrigatoriamente a troca da borracha da ponta, em videogastroscópios, videocolonoscopios e videoduodenoscopios.	Serviço	41	R\$	R\$
	3	-	16055	Serviço de manutenção de alta complexidade em endoscópio flexível com a desmontagem completa do equipamento , incluindo obrigatoriamente a troca da borracha da ponta, em videogastroscópios, videocolonoscopios e videoduodenoscopios.	Serviço	29	R\$	R\$
	4	416589	-	PEÇAS E PARTES PARA VIDEOENDOSCOPIOS (VALOR ANUAL PREVISTO para aplicação de peças, sendo valor fixo como teto, já fixado para a contratação) (Peças compatíveis para aplicação combinada com pelo menos um dos serviços descritos entre os itens do Grupo).	Valor	270.000,00	R\$ 1,00	R\$ 270.000,00

Identificador (Patrimônio, ID, TAG)	Número de Série	Tipo Equipamento	Marca	Modelo
06935-	2302442	GASTROSCOPIO FLEXIVEL	OLYMPUS	GIF-2-T-160
06937-431746	2302440	GASTROSCOPIO FLEXIVEL	OLYMPUS	GIF-2-T-160
06938-431747	2302443	GASTROSCOPIO FLEXIVEL	OLYMPUS	GIF-2-T-160

06860-	2102200	VIDEO COLONOSCOPIO	OLYMPUS	CF Q-150-L
07284-444967	2715963	VIDEO COLONOSCOPIO	OLYMPUS	CF Q-150-L
07285-444968	2716068	VIDEO COLONOSCOPIO	OLYMPUS	CF Q-150-L
08758-443769	2620879	VIDEO COLONOSCOPIO	OLYMPUS	CFH-180-AL
08759-443768	2400032	VIDEO COLONOSCOPIO	OLYMPUS	CFH-180-AL
08829-444641	2720965	VIDEO COLONOSCOPIO	OLYMPUS	CFH-180-AL
08830-444642	2921161	VIDEO COLONOSCOPIO	OLYMPUS	CFH-180-AL
09626-	2446501	VIDEO COLONOSCOPIO	OLYMPUS	CFH-190-L
09629-	2446503	VIDEO COLONOSCOPIO	OLYMPUS	CFH-190-L
09630-9426096	2446634	VIDEO COLONOSCOPIO	OLYMPUS	CFH-190-L
06857-431761	2701400	VIDEO DUODENOSCOPIO	OLYMPUS	TJF-145
06858-431756	2721582	VIDEO DUODENOSCOPIO	OLYMPUS	TJF-130
07087-431758	2100688	VIDEO DUODENOSCOPIO	OLYMPUS	TJF-150
08762-443770	2822493	VIDEO DUODENOSCOPIO	OLYMPUS	TJF Q-180-V
08827-444643	2823040	VIDEO DUODENOSCOPIO	OLYMPUS	TJF Q-180-V
08828-444644	2823105	VIDEO DUODENOSCOPIO	OLYMPUS	TJF Q-180-V
08822-444640	2812654	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF XP-150-N
06868-	2771286	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
06930-1000499	2103809	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
06931-431760	2104091	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
06932-431754	2104181	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
06933-431755	2206431	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
06936-431760	2206432	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
06995-431753	2206430	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
07254-	2620752	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
07255-437387	2620753	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
07256-432578	2620754	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
07257-437839	2620775	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
08823-444636	2517981	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF H-180
08824-444638	2517993	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF H-180
08825-444639	2518003	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF H-180
08826-444637	2517992	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF H-180
09397-	2620463	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF Q-150
09625-	2471074	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF H-190
09627-	2471108	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF H-190
09628-	2471076	VIDEO GASTROSCOPIO	OLYMPUS	GIF H-190
06850-443772	2340952	VIDEO BRONCOSCOPIO	OLYMPUS	BF-1-T-150
06851-	2340954	VIDEO BRONCOSCOPIO	OLYMPUS	BF-1-T-150
09631-	2428949	VIDEO BRONCOSCOPIO	OLYMPUS	BF-1-TH-190

- 1.2.2. A relação de tipos de equipamentos e fabricantes não é exaustiva, podendo haver variações durante a vigência do contrato de modelos, marcas e quantidades, já que poderão ser adquiridos novos equipamentos pelo CH-UFC durante a vigência do contrato, com similaridade em relação aos equipamentos atualmente em uso, que também estão contemplados no objeto desta contratação.
- 1.2.3. **O item 4 se refere ao VALOR ANUAL de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil) para aplicação de peças, sendo um valor como teto, já fixado para a contratação. Trata-se de item que não é objeto de disputa entre os licitantes.**

1.3. O projeto básico de engenharia e o projeto executivo de engenharia está delineado neste Instrumento, contendo o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa do objeto.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. **MOTIVAÇÃO/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1.1. Os equipamentos desta demanda, pertencentes ao parque de equipamentos do CH-UFC, utilizados nos sistemas de endoscopia para realização de exames e procedimentos, tais como de endoscopia digestiva alta, broncoscopia, colonoscopia e duodenoscopia, possibilitando o diagnóstico e terapias de doenças, apresentam elevada complexidade e exigem conhecimento técnico especializado em manutenção, de forma a garantir seu perfeito funcionamento.
- 2.1.2. O Complexo Hospitalar do Ceará não dispõe de instrumentos e equipamentos específicos e apropriados para a execução desses serviços e estoque das peças necessárias para execução dos reparos, por isso faz-se necessária a contratação dos serviços. Vale destacar que para execução das manutenções é necessário também ter informações específicas sobre os equipamentos, como as suas documentações técnicas. Além disso é necessário que os profissionais que executam os serviços de manutenção recebam treinamentos específicos de manutenção ministrados pelo fabricante dos equipamentos.
- 2.1.3. Pretende-se com esta contratação, a efetiva execução dos serviços de manutenção corretiva nos equipamentos contemplados neste Termo de Referência. Objetiva-se também assegurar que os equipamentos tenham a assistência da empresa melhor habilitada e que possua todos os instrumentos e analisadores específicos e de alta precisão, além de equipe técnica devidamente treinada pelo fabricante em seu quadro de pessoal assegurando-se a confiabilidade operacional dos equipamentos e o atendimento aos padrões e às normas exigidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.
- 2.1.4. Do ponto de vista assistencial, é indispensável que os equipamentos estejam sempre apto e disponível para uso, condição que será garantida por meio da execução dos serviços de manutenção corretiva, em razão do atendimento que é prestado aos pacientes que necessitam ser submetidos a procedimentos cirúrgicos e exames. Do ponto de vista financeiro, é estratégica a manutenção dos equipamentos uma vez que estes proporcionam à unidade a continuidade do atendimento que traz um elevado faturamento para o Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará.
- 2.1.5. A cobertura contratual sugerida no objeto desta contratação proporcionará a otimização dos equipamentos para uso e funcionamento adequado, evitando paradas não planejadas, redução da vida útil ou a antecipação da obsolescência, promovendo assim maior disponibilização dos equipamentos para utilização com segurança e confiabilidade pela instituição.

2.2. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO**

- 2.2.1. O(s) equipamento(s) desta demanda, pertencente ao parque de equipamentos do CH-UFC, apresenta elevada complexidade e exige conhecimento técnico em manutenção, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. A falta de manutenção adequada desse(s) equipamento(s) pode(m) impactar severamente na assistência aos pacientes atendidos pelo Serviço de Endoscopia do Hospital Universitário Walter Cantídio.
- 2.2.2. Desta forma enxerga-se a necessidade de manter uma contratação com empresa que atenda aos requisitos mínimos para prestar serviços de manutenção corretiva com reposição de peças a fim de otimizar ao máximo a disponibilidade do equipamento para uso e o seu funcionamento adequado, evitando paradas não planejadas e redução de sua vida útil, e desta forma prover maior disponibilidade do equipamento para utilização com segurança e confiabilidade.
- 2.2.3. Considerando que o Setor de Engenharia Clínica deste Complexo Hospitalar, não dispõe de mão de obra própria especializada neste tipo de serviço, bem como ferramentas /instrumentos para testes específicos e a estrutura necessária à manutenção deste equipamento relacionada ao acesso à peças, treinamentos, manuais, softwares e procedimentos técnicos, se faz necessária a contratação de terceiros.
- 2.2.4. Ressaltamos que a ausência de cobertura contratual de prestação de serviços por empresa especializada para a manutenção do equipamento, gera um ambiente de insegurança quanto à disponibilidade do equipamento e pode resultar nas seguintes consequências:
- 2.2.4.1. Demora na resolução de problemas: uma vez ocorrendo uma falha que necessite de uma intervenção específica ou até mesma a substituição de peças, o equipamento iria permanecer parado por um período mais longo, até que se concretizasse uma contratação avulsa para serviço de diagnóstico e para solução definitiva deste problema;
- 2.2.4.2. Maior ocorrência de falhas: sem as manutenções corretivas executadas conforme as recomendações do fabricante, é previsível que o equipamento permaneçam inutilizáveis.
- 2.2.5. Como se trata do primeiro processo de contratação com este objeto no CH-UFC, foi estimado o quantitativo de serviço sob demanda com referência na quantidade de endoscópios flexíveis ativos no Serviço de Endoscopia (total de unidades), onde do total de equipamentos foi estimado um quantitativo máximo mensal de demandas de manutenção a cada mês para cada tipo de intervenção prevista para esta contratação.
- 2.2.6. Foi estimado um valor mensal de R\$ 22.500,00 com o fornecimento/aplicação sob demanda de peças para manutenção dos endoscópios. Devido a grande quantidade de peças que formam os equipamentos e que podem apresentar defeito, não é possível realizar uma listagem de todas as peças que serão trocadas, sendo seus valores verificados a cada orçamento.

2.3. **BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.3.1. A cobertura contratual de prestação de serviços por empresa especializada para a manutenção do equipamento, gera um ambiente de segurança quanto à disponibilidade do mesmo, proporcionando os seguintes benefícios:
- 2.3.1.1. Disponibilização do equipamento em pleno funcionamento, possibilitando a realização de exames;
- 2.3.1.2. Celeridade na resolução de problemas: uma vez que ocorra falha da qual se necessite de uma intervenção específica ou até mesma a substituição de peças, esta demanda será suprida de imediato ou num curto intervalo de tempo, através do contrato de manutenção deste equipamento, sem a necessidade de uma contratação avulsa para serviço de diagnóstico e para solução definitiva deste problema;
- 2.3.1.3. Menor ocorrência de falhas: com as manutenções corretivas executadas conforme as recomendações do fabricante, é previsível que o equipamento passe a ser utilizável novamente.
- 2.3.2. Além dos benefícios diretos do serviço de manutenção sobre este equipamento, tal contratação acaba por contribuir na formação profissional dos profissionais de saúde, proporcionando um cenário com os exames necessários para as mais diversas residências ofertadas no CH-UFC, que contam com 491 (quatrocentos e noventa e um) residentes ativos, conforme Painel da Gerência de Ensino e Pesquisa (perfil residentes), consultado através da Ferramenta de Apresentação de Painéis de Inteligência em Saúde (FAPIS). O ensino como essência institucional, desempenha uma série de atividades e dentre elas destaca-se as relacionadas à Residência Médica, modalidade de ensino de pós-graduação considerada "padrão ouro" da especialização médica.
- 2.3.3. Como instituição que presta assistência de alta complexidade à saúde, o CH-UFC realiza desde transplantes renal e hepático, de forma rotineira, até pesquisas clínicas vinculadas a diversos programas de pós-graduação regionais e nacionais, além de participação em estudos multicêntricos em protocolos de pesquisa clínica avançada. Enquanto unidade acadêmica, destaca-se como a maior sala de aula e centro de pesquisas clínicas da UFC e do nosso Estado. Para o desenvolvimento das inúmeras atribuições mencionadas, é fundamental a utilização de diversas tecnologias, parte delas com alto grau de inovação, o que impõe ao Complexo Hospitalar-UFC uma renovação e manutenção constante de seus materiais, equipamentos e instrumentais, necessários à realização de procedimentos nas mais diversas especialidades médicas.
- 2.3.4. A Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 509, de 27 de maio de 2021, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.
- 2.3.4.1. O Art. 1º deste regulamento possui o objetivo de estabelecer os critérios mínimos, a serem seguidos pelos estabelecimentos de saúde, para o gerenciamento de tecnologias em saúde utilizadas na prestação de serviços de saúde, de modo a garantir a sua rastreabilidade, qualidade, eficácia, efetividade e segurança e, no que couber, desempenho, desde a entrada no estabelecimento de saúde até seu destino final, incluindo o planejamento dos recursos físicos, materiais e humanos, bem como, da capacitação dos profissionais envolvidos no processo destes.
- 2.3.4.2. Segundo o Art. 5º o do regulamento técnico, aprovado pela RDC n. 509 de 27 de maio de 2021, os estabelecimentos de saúde devem elaborar e implantar Plano de Gerenciamento para os produtos para saúde, incluindo equipamentos de saúde.

2.4. **CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE**

- 2.4.1. Esta contratação já está contemplada no Plano Anual de Compras - PAC, como pode ser verificado no processo 23533.040015/2025-54, planilha (SEI nº 56383384).

- 2.4.2. O Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC), a Maternidade-Escola Assis Chateaubriand (MEAC) e a Prefeitura Municipal de Fortaleza, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e da Ebserh, celebraram entre si os Convênios N° 04/2022 e 05/2022 (SEI 20869394 e 20869548), visando à integração do Complexo hospitalar da UFC à rede de atenção à saúde, mediante execução de ações e serviços de saúde, gestão, ensino e pesquisa. Os convênios, como instrumento da Contratualização, tem por objeto contratualizar serviços de saúde, ambulatoriais e hospitalares, de Média e Alta Complexidade, ofertados pelo CH-UFC/Ebserh, integrando -a na Rede de Atenção à Saúde (RAS) do município de Fortaleza-CE, definindo responsabilidades das partes e estabelecendo metas quantitativas e qualitativas do processo de assistência à saúde, de gestão, de ensino e pesquisa e avaliação, em sintonia com as necessidades de saúde da população, com as políticas públicas de saúde para a atenção hospitalar, e com os princípios e diretrizes do SUS.
- 2.4.3. Ademais, o CH-UFC/Ebserh formado pelo HUWC e pela MEAC, hospitais de referência terciária para os 184 municípios do Estado do Ceará, tem como propósito ensinar para transformar o cuidar, visando a sermos a melhor sala de aula do norte-nordeste, com assistência segura, integral e humanizada, pesquisa clínica de excelência e gestão sustentável e inovadora. A contratação objeto deste TR, portanto, está alinhada para a missão e a visão institucional do CH-UFC/Ebserh, já que busca a prestação de assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança e de forma indissociável e integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão.
- 2.4.4. A Carta de Serviço ao Cidadão HUWC - 2024 (SEI 55121953) traz em sua política institucional a missão de promover o ensino, a pesquisa e a assistência terciária à saúde, atuando de forma integrada e como suporte aos demais níveis de atenção do modelo de saúde vigente. A Carta de Serviço ao Cidadão MEAC - 2024 (SEI 55121961) traz em sua política institucional a missão de realizar assistências, ensino e pesquisa para o cuidado com excelência à saúde da mulher e do recém-nascido. Na MEAC, as ações assistenciais focam prioritariamente nos princípios da humanização com cultura participativa, trabalho integrado e interdisciplinar.
- 2.4.5. A contratação e quaisquer aspectos associados aos equipamentos médico-hospitalares (EMH) tem seu fulcro no Plano Diretor Estratégico - PDE 2024-2028 do CH-UFC/Ebserh (SEI 40568505) alinhado com os objetivos estratégicos listados no Mapa Estratégico 2024-2028 do CH-UFC/Ebserh (SEI 36424881).
- 2.4.6. O CH-UFC/Ebserh, tendo por missão ensinar para transformar o cuidar, busca implementar as melhores práticas em todos os processos institucionais e, no campo da gestão dos serviços, identificar e sanar deficiências por vezes existentes no âmbito das contratações em suas unidades hospitalares. Trabalhar de modo confiável, com base em modelos de previsão da necessidade de EMH e serviços associados em uma unidade hospitalar, consiste em realizar estudos minuciosos e específicos, devido às incertezas que configuram o comportamento da demanda dos serviços oferecidos por um hospital. Nesse contexto, a elaboração da proposta de melhoria dos processos logístico-hospitalares visa otimizar os recursos existentes e minimizar os riscos à saúde do paciente.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. O item objeto do presente certame caracteriza-se como de natureza de **serviços comuns de engenharia**, tendo em vista que compõem atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado.
- 3.2. Trata-se de serviços de **caráter continuado**, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e aquisição de insumos, a ser contratado mediante licitação, na **modalidade pregão**, em sua forma eletrônica. O critério de julgamento adotado será **menor preço unitário**.
- 3.3. Considerando o disposto no Art. 5º da Resolução nº 298, de 17 de julho de 2025, que prevê a possibilidade de execução indireta para as atividades descritas nos incisos I a VII do Art. 3º, mediante justificativa técnica registrada nos autos, informamos que a utilização de colaboradores terceirizados vinculados ao Contrato nº 01/2025, referente à prestação de serviços técnicos de engenharia clínica, mostra-se inviável para a presente demanda. Tal inviabilidade decorre do fato de que a manutenção em Videodoscópios da marca Olympus não está contemplada no escopo contratual vigente. Dessa forma, a execução do serviço em questão requer contratação específica, com profissional ou empresa detentora da capacitação técnica e das autorizações do fabricante, assegurando o atendimento aos requisitos de segurança, qualidade e rastreabilidade, em conformidade com as normas aplicáveis e visando a plena continuidade dos serviços assistenciais.
- 3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1. O Setor de Engenharia Clínica deste Complexo Hospitalar não dispõe de mão de obra especializada, ferramentas e instrumentos necessários para testes específicos, nem a estrutura para a manutenção adequada dos equipamentos, incluindo acesso a peças, treinamentos, manuais, softwares e procedimentos técnicos.
- 4.2. Portanto, a solução que atende aos interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados, de forma terceirizada, através da execução de manutenção corretiva, permitindo assim a plena utilização do(s) equipamento(s) para serviços dispensados aos pacientes.
- 4.3. A manutenção corretiva deverá ser efetuada, seguindo rigorosamente as orientações e os procedimentos contidos nos manuais de serviço do fabricante.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A execução de serviços de manutenção nos equipamentos objeto desta contratação deve seguir uma série de requisitos para a prestação de serviços de manutenção corretiva. Além disso, a empresa a ser contratada deverá apresentar comprovada qualificação na manutenção deste equipamento como requisito básico de contratação.
- 5.2. A empresa deve ter acesso a todas as peças necessárias para as possíveis substituições.
- 5.3. A empresa deve estar apta a emitir duas notas fiscais: Nota fiscal de Serviço e Nota fiscal de produto, conforme a Nota Técnica - SEI nº 8/2024/SC/CONT/DOF-EBSERH.
- 5.4. Os serviços deverão atender, no mínimo, os seguintes parâmetros:
- 5.5. A coleta e a devolução dos videodoscópios deverão ser realizadas pela Contratada diretamente na Unidade de Gastroenterologia e Cirurgia do Aparelho Digestivo do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e/ou no Serviço de Engenharia Clínica do HUWC, que será informado pela Contratante à Contratada no momento da abertura do chamado, no horário comercial, **das 8h às 12 horas e das 13h às 17 horas**, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), no endereço abaixo:
- 5.5.0.1. **Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC):** Rua Pastor Samuel Munguba, 1290 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza - CE.
- 5.5.0.2. A responsabilidade pelas despesas com a remoção (incluindo embalagem) do equipamento, peças e acessórios para qualquer local externo às dependências da CONTRATANTE, para recuperação, bem como pela sua posterior devolução, será exclusiva da CONTRATADA.
- 5.5.0.3. A responsabilidade por eventuais danos ou extravios de equipamentos, peças e acessórios durante a coleta e/ou devolução, será exclusiva da CONTRATADA:
- 5.5.0.3.1. A CONTRATADA deverá designar um colaborador, que será responsável por avaliar e atestar a condição dos equipamentos juntamente com o Setor de Engenharia Clínica do Complexo Hospitalar CH-UFC no momento da coleta do equipamento.
- 5.5.0.3.2. A CONTRATADA deverá designar um colaborador, que será responsável por avaliar e atestar a condição dos equipamentos juntamente com o Setor de Engenharia Clínica do Complexo Hospitalar CH-UFC no momento da devolução do equipamento
- 5.5.0.3.3. A CONTRATADA deverá comunicar previamente à equipe de fiscalização de contrato a identificação do colaborador que realizará a coleta, bem como o agendamento da coleta.
- 5.5.1. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados em laboratório de manutenção adequado aos serviços contratados.
- 5.5.2. Vale salientar que objeto a ser contratado deve ser executado por uma empresa apenas, a vencedora do certame, para fins de rastreabilidade da manutenção.
- 5.5.3. Na execução dos serviços deverão ser observados as diretrizes de sustentabilidade dispostas no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, alterado pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, e os critérios elencados na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, além das seguintes orientações quando couber:
- 5.5.3.1. Os bens e/ou materiais aplicados na prestação de serviço devem ser constituídos, no todo ou em parte, sempre que aplicável, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448- 2; Os bens e/ou materiais aplicados na prestação de serviço devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis;
- 5.5.3.2. Os bens e/ou materiais aplicados na prestação de serviço não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 5.5.3.3. Realizar a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores na forma da Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
- 5.5.3.4. Realizar a destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde conforme a Resolução 358/2005 - CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 222/2018 - Anvisa;
- 5.5.3.5. Utilizar produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e do Inmetro, quando couber.
- 5.5.4. A empresa Contratada deverá ser capacitada para a prestação de serviços de manutenção corretiva com fornecimento de peças do equipamento.

- 5.5.5. A equipe deverá se apresentar devidamente identificada com crachá, sempre que for realizar qualquer intervenção nos equipamentos.
- 5.5.6. A prestação do Serviço Técnico Especializado de Manutenção Corretiva de Endoscópios sob demanda deverá dar-se, conforme a quantidade declarada e conforme as especificações e condições constantes no presente Termo de Referência.
- 5.5.7. Após a realização dos serviços, a Contratada deverá apresentar um relatório escrito, contendo, entre outras, as seguintes informações:
- 5.5.7.1. Serviços técnicos realizados;
- 5.5.7.2. Peças substituídas;
- 5.5.7.3. Resultados com as seguintes informações:
- a) situação de funcionamento do equipamento;
- b) necessidade de substituição de peças;
- c) outros serviços adicionais que ficarem pendentes.
- 5.5.7.4. Nome completo e legível do profissional da Contratada que executou os serviços;
- 5.5.7.5. Nome completo e legível do técnico da Contratante que acompanhou a execução dos serviços.
- 5.5.8. A Contratada deverá fornecer ao CH-UFC, sem qualquer custo adicional além dos itens categorizados como "Material" em 1.2.1 do Termo de Referência, por si ou por empresas do seu grupo econômico, todas as peças de reposição eletrônica, mecânica, pneumática, hidráulica e baterias.
- 5.5.9. A Contratada deverá manter estoque permanente de peças de reposição do equipamento para substituição de peças defeituosas.
- 5.5.10. A Contratada deverá comunicar, por escrito, qualquer anormalidade relacionada com o serviço contratado, prestando à Contratante os esclarecimentos julgados necessários.
- 5.5.11. Estes serviços de manutenção corretiva a serem prestados pela contratada devem estar fundamentados em conformidade com as seguintes normas:
- 5.5.11.1. Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 – Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e suas subsidiárias;
- 5.5.11.2. Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
- 5.5.11.3. Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal;
- 5.5.11.4. Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012 – Regulamenta e estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP);
- 5.5.11.5. Decreto Federal nº 9.178, de 23 de outubro de 2017 – Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012;
- 5.5.11.6. Portaria Ministério da Saúde nº 2.043, de 12 de dezembro de 1994 – Institui o Sistema de Garantia da Qualidade de produtos para saúde no Brasil;
- 5.5.11.7. Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;
- 5.5.11.8. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 5.5.11.9. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- 5.5.11.10. Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH- Dispõe sobre a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede Ebserh;
- 5.5.11.11. Norma Regulamentadora nº 32 do Ministério do Trabalho – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde; 6.3.15.12;
- 5.5.11.12. Resolução Diretoria Colegiada nº 330 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de 20 de dezembro de 2019 – Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público, decorrentes do uso de tecnologias radiológicas ou intervencionistas;
- 5.5.11.13. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- 5.5.11.14. Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- 5.5.11.15. Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).
- 5.6. **Da vistoria**
- 5.6.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos locais e instalações do fornecimento e da prestação dos serviços, de forma a obterem conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como, de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.
- 5.6.2. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.
- 5.6.3. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00 horas ou das 13:00 horas às 17:00 horas, devendo o **agendamento** ser efetuado **previamente** junto ao Setor de Engenharia Clínica dos CH-UFC, pelos telefone **(85) 3366-8362/ 3366-8573**, podendo sua realização ser comprovada por:
- 5.6.3.1. Atestado de visita técnica assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 (**ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE VISTORIA**) ou declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou visita técnica no local, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão (**ANEXO IV- MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA**).
- 5.6.3.2. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes o licitante julgar necessário para a elaboração de sua proposta.
- 5.6.3.3. Os custos das vistorias correrão por exclusiva conta da licitante.
- 5.6.3.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 2 dias úteis anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 5.6.4. O ato de apresentação de proposta, pelos licitantes, implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo Edital e seus anexos.
- 5.6.5. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 5.7. **Dos critérios de sustentabilidade**
- 5.8. Os itens desta contratação, no que couber, deverão atender os critérios da sustentabilidade ambiental, prevista nos termos do Artigo 7º, XI, da Lei 12.305 de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e ainda nas Instruções Normativa SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014.
- 5.9. O bem a ser fornecido pela empresa deverá atender critérios de sustentabilidade ambiental, estabelecidos na Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, bem como o que consta RLCE 2.0.
- 5.10. Em se tratando de sustentabilidade social, a presente locação tem como propósito: contribuir com melhoria da qualidade de vida da população como um todo, harmonizar com a redução de desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e serviços básicos, como educação e saúde, já que o Complexo Hospitalar tem como missão ser referência de excelência na formação de profissionais de saúde, na atenção à saúde, na inovação tecnológica e sustentabilidade, atendendo com inserção e integração na rede de serviços em saúde e nas necessidades da população, prestando serviços de forma gratuita e com excelência. Entende-se ainda como sustentabilidade social a contribuição com os aspectos laborativos, agregando ao ambiente de trabalho, a apresentação de forma confortável e agradável a seus colaboradores.
- 5.11. Em atendimento ao Art. 28º, inciso XII, do Regulamento de Licitações 2.0.; e em observância à Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário, sempre que possível:
- 5.11.1. a constituição de bens, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em

relação aos seus similares;

5.11.2. os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.11.3. os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

5.12. Logística reversa:

5.12.1. logística reversa - é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

5.12.2. conforme prevê o Artigo 33 da nova lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de LOGÍSTICA REVERSA, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, de produtos perigosos, tais como:

5.13. agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), ou em normas técnicas;

- a) pilhas e baterias;
- b) pneus;
- c) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- d) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- e) produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

5.14. conforme citado no Parágrafo Primeiro, do mesmo artigo, serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados. Já, o Decreto Federal no. 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no Artigo 18 em que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens supracitados, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da logística reversa. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência.

5.15. O pilar econômico está relacionado com a produção, consumo e distribuição de bens e serviços, levando em consideração a questão social e ambiental. Sendo traduzida como pensar sobre os processos econômicos de maneira mais profunda e responsável, as empresas atuam sem visar apenas o lucro desenfreado, mas em uma forma de crescer causando menos impactos ambientais. Inclusive, com a ascensão dos debates sociais, empresas que buscam soluções sustentáveis acabam tendo resultados positivos, pois a população busca cada vez mais consumir marcas com uma cultura de desenvolvimento sustentável. Nesse aspecto, a aplicação de atitudes de sustentabilidade econômica no âmbito do CHC foi optar por produtos com menor impacto ambiental.

5.16. A empresa Contratada deverá apresentar as políticas de manutenção e reparo dos equipamentos, visando prolongar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituição frequente.

5.17. Condições de trabalho: o fornecedor deverá adotar boas práticas de trabalho, como garantia de condições seguras e salubres para os funcionários envolvidos na locação e manutenção dos equipamentos.

5.18. Recomenda-se que os fornecedores que tenham ações relacionadas ao compromisso com a inclusão de grupos sociais vulneráveis, como pessoas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade econômica.

5.19. A contratada deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

5.20. A contratada deverá Instruir seus empregados no consumo de energia elétrica e água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.21. As peças e materiais a serem descartados após a manutenção deverão ser devolvidos à CONTRATADA que deverá observar os requisitos de gerenciamento de resíduo

5.22. **Das obrigações da contratante**

5.22.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.22.2. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do contrato e deste Termo de Referência.

5.22.3. Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas.

5.22.4. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados.

5.22.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor público, empregado público ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.22.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

5.22.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.22.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

5.22.9. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

5.22.9.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

5.22.9.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

5.22.9.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

5.22.9.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

5.22.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

5.22.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

5.22.12. Adotar as medidas judiciais cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

5.22.13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos específicos quando a contratada houver se beneficiado de margem de preferência estabelecida em Edital.

5.22.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

5.22.15. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

5.22.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

5.22.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.22.18. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e anexos.

5.22.19. Cientificar a Equipe de Fiscalização Contratual para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

5.23.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 5.23.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 5.23.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 5.23.1.3. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 5.23.1.4. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 5.23.1.5. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 5.23.1.6. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;
- 5.23.1.7. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 5.23.1.8. Realizar o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da Contratante em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018);
- 5.23.1.9. Efetuar a entrega do objeto nas condições estabelecidas, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos;
- 5.23.1.10. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CH-UFC, a usuários ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 5.23.1.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os art. 12, 13 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- 5.23.1.12. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições estabelecidas para a sua contratação (o que inclui condições de participação e de habilitação), em plena conformidade com o art. 143, inciso X, do RLCE.;
- 5.23.1.13. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede ao encerramento do prazo, os motivos (com a devida comprovação) que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos no Termo de Referência;
- 5.23.1.14. Responder pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho na execução dos serviços prestados, uso indevido de marcas e patentes, danos pessoais ou materiais causados ao Complexo Hospitalar CH-UFC ou a terceiros, responsabilizando-se pela integridade das instalações em que o acesso for restrito ao mesmo;
- 5.23.1.15. Cobrir quaisquer despesas com a permanência de seu pessoal no CH-UFC durante a prestação dos serviços;
- 5.23.1.16. Fornecer todo o ferramental necessário à prestação dos serviços;
- 5.23.1.17. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da aquisição de bens e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;
 - 5.23.1.17.1. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transfere à Ebserh a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.
- 5.23.1.18. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos materiais, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 5.23.1.19. Não se valer de contrato ou instrumento equivalente para assumir obrigações perante terceiros, dando-os como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função do fornecimento prestado, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da Contratante;
- 5.23.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.23.1.21. Emitir ART junto ao CREA referente aos serviços contratados, tanto no início da vigência do contrato como em cada prorrogação, se aplicável;
- 5.23.1.22. Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto, conforme modelo do **ANEXO VI - MODELO DE CARTA DE PREPOSIÇÃO**;
- 5.23.1.23. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 5.23.1.24. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.23.1.25. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 5.23.1.26. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 5.23.1.27. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 5.23.1.28. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 5.23.1.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 5.23.1.30. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 5.23.1.31. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 5.23.1.32. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 5.23.1.33. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.23.1.34. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.23.1.35. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 5.23.1.36. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 5.23.1.37. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII - F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
 - 5.23.1.37.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 5.23.1.37.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 5.23.1.38. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006;
- 5.23.1.39. O fornecedor a ser contratado não pode incorrer em quaisquer das vedações previstas nos arts. 69 e 124 do RLCE 2.0.

- 5.23.1.40. A contratação do fornecedor está submetida ao atendimento da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh (SEI 28224659);
- 5.23.1.41. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 5.23.1.42. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 5.23.1.43. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 5.23.1.44. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;
- 5.23.1.45. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes;
- 5.23.1.46. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 5.23.1.47. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;
- 5.23.1.48. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 5.23.1.49. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;
- 5.23.1.50. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 5.23.1.50.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 5.23.1.50.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n.º 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 5.23.1.50.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n.º 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
- 5.23.1.50.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 5.23.1.51. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 5.23.1.51.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 5.23.1.51.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA n.º 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 5.23.1.51.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 5.23.1.51.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 5.23.1.51.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 5.23.1.51.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 5.23.1.51.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’ água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 5.23.1.51.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 5.23.1.52. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 5.23.1.52.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 5.23.1.52.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 5.23.1.53. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 5.23.1.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).
- 5.24. **Das obrigações pertinentes à LGPD**
- 5.24.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:
- a) adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- c) manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- d) adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- e) cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- f) orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- g) comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.
- 5.24.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:
- a) cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

- b) apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- c) não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- d) quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

6. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

- 6.1. O Regime de Execução será por Empreitada por Preço Unitário, com adoção de Instrumento de Medição de Resultado.
- 6.2. A definição do Regime de Execução por Preço Unitário em detrimento do Regime de Execução Semi-integrada justifica-se pelo objeto deste Termo de Referência ser um serviço comum de engenharia que possui metodologia/tecnologia de execução previamente definida, não sendo possível a execução com diferentes metodologias ou tecnologias.

7. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

- 7.1. Trata-se de contratação de serviço comum a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 7.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei n.º 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 7.3. O certame não será destinado exclusivamente à participação exclusiva da ME, EPP e Cooperativas Equivalentes em virtude do valor estimado da contratação (art. 48, inc. I, da lei Complementar n.º 123/2006).

8. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. As obrigações decorrentes deste procedimento de licitação serão formalizadas mediante a celebração de Contrato Administrativo, com vigência por um período inicial de 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos até o limite de 5 (cinco) anos, em consonância com o disposto no *caput* do art. 147 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.
- 8.2. As possíveis prorrogações contratuais estarão condicionadas aos seguinte requisitos:
- 8.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 8.2.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 8.2.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 8.2.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Ebserh mantém interesse na realização do serviço;
- 8.2.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Ebserh;
- 8.2.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 8.2.7. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

- 8.3. O Contrato administrativo e suas alterações serão assinadas eletronicamente através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, mediante cadastro a ser realizado pelo CH-UFC/Ebserh.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Da descrição dos serviços

- 9.1.1. Os serviços de manutenção corretiva com fornecimento e reposição de peças deverão ser executados conforme discriminado abaixo:
- 9.1.1.1. Os serviços de manutenção têm por objetivo o restabelecimento dos componentes dos sistemas às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças/acessórios, componentes e/ou acessórios (quando aplicáveis) que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, o que deverá ser atestado por meio de laudo técnico específico, assinado pelo colaborador responsável da CONTRATADA, o qual deverá conter a discriminação do defeito, solução apresentada e peças/componentes substituídos.
- 9.1.1.2. Também fazem parte da cobertura contratual:
- a) Manutenção corretiva com fornecimento/substituição de peças;
- b) Avaliação de funcionamento e diagnóstico de problemas;
- c) Reparos e ajustes necessários;
- d) Substituição de peças necessárias ao perfeito funcionamento do equipamento;
- e) Testes de funcionamento;
- f) Emissão de relatório de manutenção.
- 9.1.1.3. As intervenções técnicas nos equipamentos deverão ser efetuadas, seguindo rigorosamente as orientações e procedimentos contidos nos manuais de serviço do fabricante.
- 9.1.1.4. Os serviços oferecidos pela Contratada deverão resguardar os aspectos técnicos, higiênicos e de segurança e obedecer a critérios de aferição de qualidade.
- 9.1.1.5. A CONTRATADA deverá observar os seguintes itens:
- 9.1.1.5.1. Para execução dos serviços, a empresa contratada obriga-se a disponibilizar os empregados que irão prestar os serviços, selecionando pessoas devidamente capacitadas e habilitadas para os serviços, devidamente uniformizados e identificados com seus padrões próprios e de acordo com o exigido pela legislação trabalhista e normas de segurança do trabalho, e de acordo com a legislação vigente;
- 9.1.1.5.2. Durante a execução dos serviços, a empresa contratada obriga-se a manter seu pessoal provido dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's necessários e obedecer às normas internas de segurança e acesso do CH-UFC e as estabelecidas nesse termo de referência;
- 9.1.1.5.3. Após a manutenção, a empresa contratada deverá emitir e entregar ao Setor de Engenharia Clínica - SEC do CH-UFC, relatórios individuais assinados e identificação de seu emissor, onde constem às condições de operação e funcionamento do equipamento e seus componentes com parâmetros confrontados com os de referência do fabricante, informações coletadas no período, falhas ocorridas, sem causas e medidas corretivas adotadas;
- 9.1.1.5.4. A CONTRATADA deverá manter os locais de trabalho e o equipamento em perfeitas condições, inclusive de higiene, conservando as cores e especificações originais, bem como proceder à limpeza e retirada de resíduos dos locais de trabalho, após a execução dos serviços.

9.2. Do chamado para a realização dos serviços

- 9.2.1. Os serviços serão realizados por chamado, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.
- 9.2.2. A CONTRATADA deve dispor de serviços de um técnico devidamente habilitado para responder, por telefone, dúvidas básicas de operação, identificar e corrigir falhas no sistema e equipamento, através da central de atendimento técnico da CONTRATADA.
- 9.2.3. A manutenção ocorrerá mediante chamado da CONTRATANTE, quantas vezes forem necessárias, para suprir anormalidades ou irregularidades no funcionamento dos equipamentos.
- 9.2.4. Os serviços de manutenção por chamado serão realizados no horário comercial, de 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira (exceto feriados).
- 9.2.5. O tempo de resposta ao chamado de manutenção técnica corretiva no local, pela empresa CONTRATADA, deverá ser no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o recebimento da resposta telefônica inicial, desde que o chamado não tenha sido aberto imediatamente às vésperas de finais de semana ou feriados nacionais e/ou locais, nessa ocorrência o atendimento local ocorrerá no próximo dia útil.
- 9.2.6. A CONTRATADA deverá emitir, durante os chamados de manutenção, relatório detalhado descrevendo os defeitos apresentados, serviços efetuados de manutenção e correção, peças substituídas, bem como as sugestões relativas à manutenção corretiva considerada necessária. Os relatórios serão emitidos e assinados pelo colaborador da

CONTRATADA que realizou os serviços e pelo colaborador indicado pela CONTRATANTE que acompanhou os serviços. onde uma via da ordem de serviço deverá ser entregue ao colaborador da CONTRATANTE que acompanhou os serviços.

- 9.2.7. O material, as peças e os acessórios (quando aplicáveis) utilizados serão fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com as especificações técnicas do equipamento.
- 9.2.8. Os serviços deverão ser executados por técnicos especializados, com utilização de ferramentas e instrumentos adequados.
- 9.2.9. Todos os equipamentos a serem utilizados durante a manutenção e reposição de peças, como ferramentas de mão, máquinas etc., serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 9.2.10. A CONTRATADA deverá realizar testes e ajustes após os reparos para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos.
- 9.2.11. Os usuários deverão ser orientados sobre eventuais providências que possam melhorar o desempenho dos equipamentos.
- 9.2.11.1. Estas orientações não se confundem com treinamentos completos sobre o equipamento.

9.3. **Do atendimento ao chamado para a realização dos serviços**

- 9.3.1. O atendimento do chamado será feito nas dependências do Hospital, local de instalação do equipamento, onde os equipamentos deverão ser retirados para manutenção pela CONTRATADA e devolvidos no Setor de Engenharia Clínica do CH-UFC.
- 9.3.2. O equipamento e/ou qualquer componente que apresentar defeito e precisar ser removido das dependências do Hospital, para as instalações da CONTRATADA, somente será aceito mediante o atendimento das seguintes condições:

a) Parecer técnico da CONTRATADA justificando a necessidade de remoção do equipamento e a data prevista para a sua devolução;

b) Documento contendo aprovação do responsável técnico pelo equipamento;

c) Autorização expressa do fiscal técnico do Hospital;

d) Atender aos procedimentos legais de saída de bens permanentes do Hospital;

e) Embalagem, transporte adequado e seguro, por conta, ônus e responsabilidade da CONTRATADA.

9.3.3. A responsabilidade pelas despesas com a remoção de equipamentos, peças e acessórios (quando aplicáveis) para qualquer local externo às dependências da CONTRATANTE, para recuperação, bem como pela sua posterior devolução, acompanhada da devida autorização expressa pelo fiscal técnico do Contrato, será exclusiva da CONTRATADA.

9.4. **Da manutenção corretiva**

- 9.4.1. A contratada deverá realizar as manutenções corretivas dos equipamentos identificados nas complexidades:

• Baixa Complexidade - Serviços que não envolvam a desmontagem do equipamento: reparos realizados sem necessidade da desmontagem do equipamento, compreendendo: ajuste de angulação, desobstrução dos canais do aparelho, lubrificação, desobstrução de difusor, troca da borracha da ponta flexível, troca de difusor, troca de botões e manoplas, troca do direcionador de água/ar, troca da capa do corpo, Também estão incluídos nessa categoria os reparos eletrônicos, que compreendem: troca de botões e chaves de acionamento.

• Média Complexidade - Serviços que envolvam a desmontagem parcial do equipamento: reparos realizados com a desmontagem parcial do equipamento, sendo eles: troca do tubo conector, troca do canal de aspiração, troca do canal de água/ar do tubo conector, troca do cone da tampa lateral e troca da tampa lateral.

• Alta Complexidade - Serviços que envolvam a desmontagem completa do equipamento: reparos que requerem da desmontagem completa do equipamento, compreendendo: troca de lentes, troca da sede das válvulas de aspiração e água e ar, troca do canal de biópsia, troca do canal de água/ar do tubo de inserção dos equipamentos, troca dos cabos de aço da ponta flexível, troca ou conserto da ponta flexível, troca do sistema de freio e outros similares, troca da malha da ponta flexível, troca do tubo de inserção completo (com todos os componentes), troca do CCD, troca do elevador de pinça (duodenoscópio), troca de terminal endoscópico, troca do gerador de imagem e outros similares, troca do tubo do conector eletrônico, placas internas, cabos elétricos de cabeça de câmera e desumidificação do aparelho.
- 9.4.2. Define-se como manutenção corretiva a que visa reparar avarias e tornar operacional o equipamento ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos em seus componentes, peças ou sistemas. Para os efeitos deste Contrato, considera-se manutenção corretiva os serviços de reparos que visam a eliminação de eventuais defeitos no equipamento, desde que os mesmos tenham sido utilizados em condições adequadas, bem como, testes e calibração após reparo no equipamento para promover o seu perfeito funcionamento.
- 9.4.3. A manutenção corretiva incluirá mão de obra e troca de toda e qualquer peça e/ou componente dos equipamentos (quando aplicáveis).
- 9.4.4. Os serviços especializados de manutenção técnica corretiva não abarcam a necessidade de manutenção devido à imprudência, negligência e imperícia, ou defeitos ocasionados por fatores externos como instalação elétrica ou distúrbios atmosféricos, caso fortuito ou força maior, bem como os serviços para adaptação, reformas e substituições dos equipamentos e ainda serviços para colocação ou adaptação de peças e/ou componentes fornecidos por terceiros. Ocorrendo tais situações a CONTRATADA se compromete a fornecer orçamento para análise prévia e aprovação por parte do CONTRATANTE antes da execução dos serviços.
- 9.4.5. Antes da chegada do técnico da CONTRATADA às dependências do Hospital para atendimento a um chamado de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá realizar um atendimento via telefone no prazo máximo de 04 (quatro) horas após a abertura do chamado inicial para que o profissional da CONTRATADA:

a) Tome ciência de detalhes do defeito apresentado;

b) Certifique-se de que o equipamento está ou não inoperante;

c) Forneça previsão de chegada e instrua os técnicos do hospital a tomarem medidas paliativas até o efetivo atendimento.
- 9.4.6. Após a realização dos serviços para cada equipamento, a Contratada deverá apresentar um relatório escrito, contendo, entre outras, as seguintes informações:

9.4.6.1. Equipamento que passou por intervenção técnica;

9.4.6.2. Serviços técnicos realizados;

9.4.6.3. Peças substituídas;

9.4.6.4. Confirmação se o equipamento está apto para uso.

9.4.6.5. Informações complementares, quando aplicável:

9.4.6.5.1. situação de funcionamento do equipamento;

9.4.6.5.2. necessidade de substituição de outras peças;

9.4.6.5.3. outros serviços adicionais que ficarem pendentes.

9.4.6.6. Nome completo e legível do profissional da Contratada que executou os serviços;

9.4.6.7. Nome completo e legível do técnico da Contratante que acompanhou a execução dos serviços e/ou responsável pelo recebimento do equipamento devolvido.
- 9.4.7. Os serviços executados devem compreender além da colocação do equipamento em condição normal de funcionamento, a emissão de relatório de manutenção, no qual, deverá constar os serviços executados e os componentes substituídos que deverão ser entregues ao fiscal de contrato após as intervenções.
- 9.4.8. Para cada serviço a ser realizado a CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar o orçamento para o reparo. O orçamento deve conter em sua descrição a categoria do serviço a ser realizado (conforme valor lícitado para os itens 1.2.1) e as eventuais peças a serem utilizadas no reparo. No valor do serviço está inclusa como peça apenas a borracha da ponta flexível, sendo assim, as demais peças necessárias para manutenção do equipamento deverão ser cotadas separadamente.
- 9.4.9. As peças e materiais de baixo custo, tais quais: O 'rings, parafusos, colas, difusores deverão ser substituídas sem custo à CONTRATANTE, ou seja, o custo destas peças deverá estar previsto no valor dos serviços 8.4.1.
- 9.4.10. Em todo e qualquer serviço realizado deverá ser realizada a troca da borracha da ponta do endoscópio. O custo da borracha da ponta deverá estar incluso no valor dos serviços.
- 9.4.11. Caso seja necessária a aplicação de outras peças, que não sejam as mencionadas nos tópicos 9.4.9. deste termo de referência, a CONTRATADA deverá apresentar orçamento de cada peça.
- 9.4.12. O custo dos serviços será utilizado como critério classificatório do processo licitatório, conforme quantitativo de serviços determinado na tabela em 1.2.1. deste termo de referência.
- 9.4.13. Caso o reparo a ser realizado que envolva a desmontagem, parcial ou completa do aparelho a CONTRATADA deverá fotografar/filmar o processo de desmontagem do aparelho (indicando nas imagens o número de série do equipamento) comprovando deste modo a realização do serviço. Se durante o decorrer do contrato for necessária a aplicação de peças idênticas às peças aplicadas em serviços anteriores, não será necessária nova comprovação de preços das peças em questão.

- 9.4.14. As peças e serviços deverão ter garantia de 90 dias, contados a partir da entrega do equipamento no CH-UFC, Complexo Hospitalar da UFC.
- 9.4.15. Caso seja necessária a troca de peças dos equipamentos, a CONTRATADA deverá entregar juntamente com os equipamentos reparados as peças danificadas que foram substituídas para comprovação da troca.
- 9.4.16. Os custos para retirada e devolução dos equipamentos deverão ser integralmente pagos pela CONTRATADA. Caso no processo de transporte os equipamentos forem extraviados a CONTRATADA terá que arcar com os custos de um equipamento novo (da mesma marca e modelo do extraviado, ou qualidade superior).
- 9.4.17. Os equipamentos deverão ser retirados e devolvidos no Setor de Engenharia Clínica do CH-UFC.
- 9.4.18. Os chamados de manutenção corretiva serão abertos pela CONTRATANTE via e-mail ou telefone (indicado pela CONTRATADA)
- 9.4.19. Os orçamentos serão enviados pela CONTRATADA via e-mail e, caso aprovados, serão autorizados pela CONTRATANTE, pelo mesmo meio.
- 9.4.20. Novos equipamentos (endoscópios flexíveis) poderão ser incluídos à listagem para manutenção durante o percurso do contrato.
- 9.4.21. Não haverá qualquer valor pago periodicamente pelos serviços. Os valores pagos à empresa serão exclusivamente conforme demanda de manutenção corretiva.
- 9.4.22. Caso o reparo não seja possível devido a limitação técnica ou de peças a CONTRATADA emitirá um relatório sobre a situação que será validado pela CONTRATANTE.
- 9.4.23. Caso a CONTRATANTE considere inviável o reparo, poderá não aprovar o orçamento. Deste modo, o equipamento sem conserto deverá ser devolvido sem custos à CONTRATANTE.
- 9.4.24. **Prazo de atendimento de manutenção corretiva**
- 9.4.24.1. Os atendimentos de manutenção corretiva deverão ser precedidos de chamados abertos exclusivamente na central de atendimento da Contratada.
- 9.4.24.2. O prazo para visita à Contratante pela Contratada para coleta do equipamento será de 3 (três) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado pela CONTRATANTE.
- 9.4.24.3. Após a retirada do equipamento a CONTRATADA terá prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para realizar o diagnóstico, contados a partir da abertura do chamado, e apresentar o orçamento do serviço para avaliação da equipe de fiscalização dentro desse mesmo prazo.
- 9.4.24.4. Após a aprovação do orçamento o equipamento deverá ser devolvido consertado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de aprovação do orçamento.
- 9.4.24.4.1. Caso haja a necessidade de importação de peças dedicadas ao atendimento de manutenção corretiva do equipamento do CH-UFC, mediante justificativa a ser analisada pela equipe de fiscalização da **Contratante** para cada caso, o prazo máximo para conclusão dos serviços será ampliado para 90 (noventa) dias (corridos), contados a partir da aprovação do orçamento.
- 9.4.24.4.2.
- 9.4.24.5. As manutenções corretivas serão realizadas sempre que solicitadas pela Contratante, limitadas ao quantitativo definido e durante a vigência do contrato, devendo ser obedecidos os prazos de atendimento dispostos neste Instrumento.
- 9.4.24.6. Apesar dos prazos previstos e definidos para as faixas de ajuste no pagamento contidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), poderão ser aplicadas sanções administrativas pelo descumprimento relacionado ao prazo de atendimento para manutenção corretiva.
- 9.4.25. Na manutenção corretiva a contratada deverá elaborar e preencher um relatório discriminando por aparelho o resultado das aferições e inspeções, apresentando de forma detalhada as peças que deverão ser substituídas de imediato e, se for o caso, aquelas em que o desgaste indique que poderão falhar a qualquer momento.
- 9.5. **Do treinamento**
- 9.5.1. O treinamento para a equipe de usuários do equipamento não é aplicável para essa contratação.
- 9.6. **Das peças, materiais de consumo, ferramentas e equipamentos**
- 9.6.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo (quando aplicáveis) necessários à execução dos serviços.
- 9.6.2. Tais materiais, ferramentas e equipamentos devem ser aplicados/utilizados em conformidade com as recomendações do fabricante.
- 9.6.3. Todas as peças, materiais e acessórios a serem empregados nos serviços deverão estar de acordo com as especificações do fabricante.
- 9.6.4. Não serão aceitos peças e materiais de reposição com marcas distintas das existentes, exceto quando comprovada a equivalência técnica de outra marca.
- 9.6.5. Todas as peças, materiais e acessórios (quando aplicáveis) substituídos deverão ser acompanhadas de relatório motivando e comprovando a sua substituição e sua identificação.
- 9.6.6. A CONTRATADA deverá possuir equipamentos e ferramentas em quantidade suficientes de forma a atender as demandas do Hospital e cumprir plenamente com os prazos de execução dos serviços.
- 9.7. **Fornecimento de peças**
- 9.7.1. A empresa CONTRATADA deverá fornecer os insumos e peças para realização do serviço de acordo com a especificação do serviço.
- 9.7.2. Foi elaborado pela equipe de planejamento da contratação um estudo a respeito das peças. Este estudo levou em consideração a vida útil prevista dos materiais, bem como o preço de mercado. Neste estudo, o custo anual estimado para aquisição de peças e insumos é de aproximadamente R\$ 270.000,00.
- 9.7.3. Deste modo, a empresa CONTRATADA deverá orçar na PROPOSTA DE LICITAÇÃO o valor integral de R\$ 270.000,00, que corresponde à soma dos saldos de aquisição de peças e partes para a manutenção dos equipamentos.
- 9.7.4. Os materiais serão adquiridos durante a vigência de acordo com a demanda, e o valor total não poderá superar o estimado
- 9.7.5. O Serviço Técnico Especializado de Manutenção em Endoscópios flexíveis incluirá um **VALOR ANUAL PREVISTO** de no máximo **R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais)** para aplicação de peças. Este recurso será aplicado sob demanda.
- 9.7.6. No momento do orçamento das peças a **CONTRATADA** deverá comprovar que o preço orçado está compatível com o valor de mercado, apresentando notas fiscais e/ou orçamentos emitidos para outros clientes, caso se solicitada.
- 9.7.7. **CONTRATANTE**, caso julgue necessário, poderá solicitar comprovação de preços a outros fornecedores. Se o preço praticado por outros fornecedores estiver comprovadamente abaixo do valor praticado pela **CONTRATADA** a **CONTRATADA** deverá aplicar as peças com preço igual ou inferior ao identificado pela **CONTRATANTE**. Caso a **CONTRATADA** se recuse a equivaler os preços das peças a **CONTRATANTE** poderá romper o contrato de forma unilateral.
- 9.8. **Da equipe técnica**
- 9.8.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a mão-de-obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 9.8.2. A CONTRATADA será responsável por executar e finalizar os serviços iniciados durante o horário comercial.
- 9.8.3. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, obedecer aos padrões mínimos de apresentação, higiene e segurança, conforme Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 9.8.4. A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor.
- 9.8.5. A CONTRATADA obriga-se a manter a frente dos serviços, representantes idôneos, com poderes para representá-la do ponto de vista técnico e operacional.
- 9.8.6. A CONTRATADA obriga-se ao iniciar a prestação dos serviços, a fornecer ao Setor de Engenharia Clínica do CH-UFC a identificação dos funcionários que irão executar os serviços, e caso sejam necessárias alterações de colaboradores, estas deverão ser comunicadas com a devida antecedência.
- 9.8.7. A CONTRATADA será responsável por todos os danos (estragos, quebras e prejuízos) que seus empregados causarem ao CH-UFC e/ou terceiros, devendo repará-los imediatamente ou pagar ao CH-UFC a indenização que couber.
- 9.9. **Do início da execução dos serviços**
- 9.9.1. Implantar os serviços contratados imediatamente após a assinatura do contrato de acordo com as condições estabelecidas e conforme especificações deste Instrumento e após emissão de Ordem de Serviço.

- 9.9.2. A contratada deverá informar ao contratante, em tempo hábil, sobre qualquer motivo que impossibilite assunção dos serviços objeto deste Instrumento.
- 9.10. **Da subcontratação e consórcios**
- 9.10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 9.10.2. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio para aumentar a competitividade e possibilitar que empresas que isoladamente não teriam condições de disputar, possam participar do processo licitatório.
- 9.10.2.1. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:
- 9.10.2.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 9.10.2.1.2. Indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;
- 9.10.2.1.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 9.10.2.1.4. Demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital, com o acréscimo de 10%, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;
- 9.10.2.1.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;
- 9.10.2.1.6. Constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;
- 9.10.2.1.7. No caso de substituição de consorciado, deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.
- 9.11. **Da Garantia dos Serviços**
- 9.11.1. Os serviços prestados em desacordo com o especificado neste instrumento e na proposta da contratada serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a reparar, corrigir, reconstituir, reconstruir e substituir, à sua expensas, no total e/ou parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços e/ou de materiais empregados, no prazo assinado pela FISCALIZAÇÃO, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega.
- 9.11.2. A garantia do serviço realizado será de 90 (noventa) dias contados da data da emissão da Nota Fiscal de entrega do objeto, inclusive para as peças e componentes aplicados.
- 9.12. **Da Garantia de Execução da Contratação**
- 9.12.1. Não será exigida a prestação de garantia de execução na presente contratação, por conta dos serviços prestados serem sob demanda.
- 9.13. **Da alteração subjetiva**
- 9.13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica, todas as condições de habilitação exigidas na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. Do controle e fiscalização da execução

- 10.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do capítulo II do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.
- 10.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 13.303/2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0 (RLCE 2.0), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 10.1.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.1.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.1.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 10.1.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 10.1.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 10.1.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 10.1.8.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 10.1.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 10.1.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 10.1.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 10.1.8.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 10.1.9. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 10.1.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 10.1.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 10.1.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 10.1.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.1.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

10.1.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

10.1.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.1.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10.1.14. A CONTRATADA deverá indicar o responsável técnico pela execução dos serviços, sendo toda a comunicação referente ao contrato feito diretamente a ele, através de e-mail ou telefone.

10.1.15. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

10.1.16. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

10.1.17. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 177 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

10.1.18. A conformidade do material, da técnica ou do equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.1.19. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 178 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

10.1.20. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto as obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 184 e 185 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

10.1.21. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

10.1.22. A medição dos serviços, para efeito de pagamento, será feita através dos relatórios de manutenção. O faturamento do mês anterior se dará após a apresentação dos relatórios dos serviços executados no mês anterior, com resultados satisfatórios. Caso no mês anterior da medição não tenha ocorrido a necessidade de intervenções, o pagamento será liberado por falta da necessidade de atendimento, porém o suporte deverá estar disponível.

10.1.23. A aferição do serviço para efeito de pagamento será exercida por meio de Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

10.1.24. Os pagamentos à CONTRATADA serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

10.1.25. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR é um ajuste escrito, entre o provedor de serviços e o órgão CONTRATANTE, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento com base em indicadores.

10.1.26. A remuneração do(s) serviço(s) prestado(s) deverá ser constituída por remuneração fixa mensal mediante entrega do objeto, sendo, no entanto, permitido à CONTRATANTE pagar um percentual do valor do contrato limitado ao mínimo de 90%. O percentual será mensurado de acordo com os critérios apresentados no IMR.

10.1.27. A análise dos indicadores será feita mensalmente.

10.1.28. Para o IMR de cada indicador, o Fiscal do Contrato poderá reconsiderar situações que impeçam a Contratada de atingir as metas referente ao item analisado, mediante apresentação de justificativa pela Contratada e desde que o Fiscal do Contrato aprove a justificativa apresentada.

10.1.29. Poderão ser aceitos como justificativas:

10.1.29.1. Atrasos no fornecimento provocados por transporte de peças, materiais de consumo e acessórios da contratada;

10.1.29.2. Atrasos provocados devido à demora da contratante para autorizar o fornecimento de peças, materiais de consumo e acessórios;

10.1.29.3. Atrasos provocados devido à demora da contratante para autorizar a execução de serviços;

10.1.29.4. Atrasos devido a impedimentos por parte dos setores assistenciais da contratante (devidamente registrado em Ordem de Serviço);

10.1.29.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

10.1.30. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.1.31. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.1.32. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.1.33. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

10.1.34. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

10.1.35. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.1.36. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

10.1.37. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

10.1.38. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 157 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0.

10.2. Do recebimento e aceitação do objeto

10.2.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10.2.2. O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:

10.2.2.1. Para formalizar o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** dos serviços prestados o fiscal técnico emitirá o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO** e deverá apresentá-lo ao gestor do contrato em conjunto com toda a documentação referente à comprovação da execução dos serviços prestados (quando aplicável), incluindo informações e/ou fatos relevantes referente à fiscalização da execução do objeto e o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

10.2.2.2. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.2.2.3. Para formalizar o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** dos serviços prestados o gestor emitirá o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

10.2.2.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.2.3. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;
- b) não configure descaracterização do objeto contratado.
- 10.2.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve preceder o recebimento definitivo dos serviços, após verificação dos valores dimensionados pela equipe de fiscalização, nos termos abaixo.
- 10.2.5. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, exceto a nota fiscal, que fica condicionada à comunicação pela equipe de fiscalização após a verificação dos valores dimensionados.
- 10.2.6. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da forma abaixo detalhada:
- 10.2.6.1. A CONTRATANTE fiscalizará os serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços executados.
- 10.2.6.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato;
- 10.2.6.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento Provisório.
- 10.2.6.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO** em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.
- 10.2.6.2.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 10.2.7. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 10.2.7.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 10.2.7.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto;
- 10.2.7.3. Emitir **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO** para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.
- 10.2.8. A nota fiscal, fatura, recibo, ou equivalente, que deverá conter, dentre outras informações:
- I - Os dados do emissor (razão social, CPNJ, CPF, endereço, dados bancários e etc.);
- II - Os dados do destinatário (emissor do empenho);
- III - Data de emissão posterior à nota de empenho;
- IV - A descrição do objeto contratado;
- V - O número do contrato e o período da prestação, quando couber;
- VI - O valor unitário e total a pagar;
- VII - O destaque das retenções fiscais devidas sobre a operação.
- 10.2.9. O destaque das retenções no documento fiscal deve atender o que dispõe a IN RFB 1234/2012, Instrução Normativa RFB n.º 2110, de 17 de outubro de 2022, Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza, aprovado pelo Decreto nº 15.674/2015, e demais normativos vigentes.
- 10.2.10. A CONTRATADA na hipótese de imunidade, isenção, ou medida judicial, que afaste a aplicação das retenções fiscais, deverá informar a condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, devendo ainda apresentar as declarações exigidas pela IN RFB 1234/12, quando couber.
- 10.2.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 10.2.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10.3. Das sanções administrativas

- 10.3.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 10.3.2. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 10.3.3. Multa de:
- 10.3.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 10.3.3.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 10.3.3.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor anual contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 10.3.3.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor parcela do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 10.3.3.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 10.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 10.3.5. As sanções previstas nos subitens 10.3.2 e 10.3.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 10.3.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor parcela do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor parcela do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor parcela do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor parcela do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor parcela do contrato

Tabela 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
6	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

- 10.3.7. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- 10.3.7.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 10.3.7.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.3.7.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 10.3.7.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 10.3.7.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.3.7.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 10.3.7.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 10.3.7.8. não mantiver a proposta;
- 10.3.7.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 10.3.7.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

10.3.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

10.3.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

10.3.9.1. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.3.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

10.3.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.3.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.3.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.3.14. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013."

10.4. **Do reajuste**

- 10.4.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
 - 10.4.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
 - 10.4.1.2. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.
- 10.4.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 10.4.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 10.4.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 10.4.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 10.4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 10.4.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.5. **Da Rescisão Contratual**

- 10.5.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 183 e 184 do RLCE 2.0, sem prejuízo da aplicação das sanções estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.5.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e registrados em processo administrativo, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.
- 10.5.3. O abandono da execução contratual configura motivo para imediata rescisão unilateral.
- 10.5.4. Caso haja reincidência de falhas em atendimento ao IMR, a CONTRATANTE poderá rescindir com a CONTRATADA, de acordo com o artigo 184 inciso I.
- 10.5.5. A rescisão por ato unilateral poderá acarretar as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência:
 - 10.5.5.1. Perda da garantia de execução, caso prevista, para ressarcimento da CONTRATANTE;
 - 10.5.5.2. Na hipótese de insuficiência da garantia, a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;
 - 10.5.5.3. Cobrança, administrativa ou judicial, dos valores das multas e/ou indenização devidas à CONTRATANTE.
- 10.5.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
 - 10.5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 10.5.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 10.5.6.3. Indenizações e multas.

10.6. **Dos Recursos**

- 10.6.1. Caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da comunicação do ato, nos casos de aplicação de sanções ou rescisão do contrato.
- 10.6.2. Os recursos referidos no caput não têm efeito suspensivo, porém, a autoridade competente pode decidir sobre o recurso, apresentando os motivos e as presentes razões, sendo do interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 10.6.3. A comunicação do ato para fins de contagem do prazo recursal será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte do licitante ou contratado.

11. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

11.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na **modalidade Pregão Eletrônico** e será adotado o **modo de disputa ABERTO**, conforme Art. 52 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%.

11.2. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva nos moldes do **ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**.

11.3. A proposta também deverá conter:

- 11.3.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 11.3.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Ebserh.

- 11.3.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado.
- 11.3.4. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.
- 11.3.5. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.
- 11.3.6. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 11.3.7. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.
- 11.3.8. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.
- 11.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.
- 11.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 11.6. A licitação em tela não será destinada de forma exclusiva para microempresa e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 11.7. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 11.7.1. Como condição de participação, deverão ser observadas as vedações dispostas nos arts. 69 e 124 do RLCE 2.0.
- 11.7.2. Será verificado o enquadramento dos licitantes como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/copy3_of_Politica_Transacoes_Part es_Relacionadas_aprovada.pdf
- 11.8. **CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**
- 11.8.1. **Modo de disputa:**
- 11.8.1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”.
- 11.8.2. **Intervalo entre lances**
- 11.8.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%.
- 11.8.3. **Critério de julgamento**
- 11.8.3.1. Será adotado como critério de julgamento o menor preço do grupo único.
- 11.8.4. **Habilitação jurídica**
- 11.9. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da **habilitação jurídica** são os seguintes:
- 11.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- 11.9.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.9.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 11.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 11.9.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 11.9.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764/1971;
- 11.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.
- 11.9.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 11.9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.9.9.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 11.9.9.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 11.9.9.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 11.9.9.5. prova de inexistência de débitos, inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943
- 11.9.9.6. cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 11.9.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 11.9.10.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 11.9.10.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- 11.9.10.3. a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:
- 11.9.10.4. $LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$
- 11.9.10.5. $SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$
- 11.9.10.6. $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$
- 11.9.10.7. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 11.9.10.8. é admissível o balanço intermediário se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 11.9.10.9. as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Ebserh, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta apresentada para o item pertinente.
- 11.9.10.10. Aplicação de 10% (limite legal) do valor da proposta da contratação para determinar o capital social ou patrimônio líquido mínimo, valor pouco expressivo, que não inviabilizaria ou restringiria a competição, ao contrário, oportunizaria aos licitantes que não atingissem a condição anteriormente estabelecida. Ao mesmo tempo, o percentual máximo estabelecido tende a mitigar riscos relacionados à inexecução ou falha contratual, quando comparado a um percentual menor (representado por um capital social/patrimônio líquido menor), considerando o valor estimado para esta contratação.
- 11.9.10.11. apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no Termo de Referência;
- 11.9.10.12. exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.
- 11.9.11. **Qualificação Técnica**

11.9.11.1.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional vinculada ao objeto da contratação, em plena validade,

11.9.11.1.2. Comprovação de aptidão para desempenho das atividades técnicas objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnico-operacional, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovada a prestação dos seguintes serviços relacionados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da contratação:

11.9.11.1.2.1. Com fulcro no **art. 65, § 4º do RLCE 2.0**, a Declaração ou Atestado de Capacidade Técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a realização de manutenções corretivas em endoscópios flexíveis em quantitativo de pelo menos 20% do total anual solicitado no item 1.2.1 deste processo (somatório dos itens 1, 2 e 3), não necessitando ser em um único serviço, ou seja o quantitativo poderá ser somado em serviços diferentes.

11.9.11.1.3. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), relativa à execução dos serviços de manutenção corretiva em endoscópios flexíveis.

11.9.11.1.3.1. O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, expondo dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, reservando-se o direito do Agente de Licitações de promover diligências para os esclarecimentos que julgar pertinente.

11.9.11.2. Os atestados apresentados para comprovação de aptidão deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

11.9.11.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n.º 5, de 2017.

11.9.11.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico- operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

11.9.11.5. A habilitação técnico-operacional também poderá ser comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), nos termos dos arts. 53 a 57 da [Resolução CONFEA nº 1.137/2023](#).

11.9.11.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

11.9.11.6.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.9.11.6.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.9.11.7. Qualquer declaração falsa sujeitará o licitante às penalidades previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, assim como nas previstas na Lei n.º 13.303/2016, no Código Penal, no Código Civil e no Código da Defesa do Consumidor.

11.9.11.8.1. Apresentação do(s) profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

11.9.11.8.1.1. Entende-se como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se saque vencedor do certame.

11.9.11.8.1.2. Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

12.1. Será considerada data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo: obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.3. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidades, verificando a manutenção das condições de habilitações exigidas na contratação.

12.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, a mesma será notificação por escrito e no prazo de 5 (cinco) dias úteis, deverá regularizar sua situação ou apresentar sua defesa: o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da CONTRATADA, a critério da CONTRATANTE.

12.3.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o cumprimento de suas obrigações.

12.3.3. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente.

assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

12.3.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize suas

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao

12.6. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

12.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12.9. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

12.10. **Índice de Medição de Resultados - IMR**

12.11. Segundo a Instrução Normativa 05/2017, Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é um "mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente

12.11.1. A EFC (equipe de fiscalização) do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo **haver o**

redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não atingir os níveis de serviços estabelecidos.

12.12. O valor ser pago em cada nota fiscal poderá sofrer um ajuste considerando os percentuais previstos nos Instrumentos de Medição de Resultados (IMR) caso a contratada não

12.13. A aplicação do IMR nesta contratação visa considerar eventuais prejuízos ao Contratante por conta de períodos de inoperância dos equipamentos em virtude de atrasos da

12.14. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, bem como não impede a aplicação das sanções

12.15. A glosa do contrato, caso aplicável de acordo com o IMR será realizada após notificação prévia ao fornecedor, para que Contratada apresente justificativa para a prestação do

12.16. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade

12.16.1. não produziu os resultados acordados;

12.16.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

12.16.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.16.4. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.16.5. A CONTRATADA utilizará os indicadores e metas de desempenho para medição contratual, conforme tabela a seguir. Caso a meta não seja cumprida, será aplicado desconto sobre a fatura da parcela da forma estabelecida neste Termo de Referência e seus Anexos. Os cálculos de desempenho poderão ser alterados, desde que em comum acordo.

entre as partes.

12.16.6. O IMR será composto de:

Indicador - Prazo de atendimento de manutenções corretivas	
1	2

Finalidade	Garantir o menor tempo possível de inoperância dos equipamentos
Meta a cumprir	Conforme item 9.4.24 deste termo de referência
Instrumento de medição	Ordens de serviço (OS) ou chamados emitidos pela fiscalização técnica, que indicam a data de início da solicitação; Ordens de serviço/chamados assinados pelo técnico da Contratada e por representante da Contratante, formalizando a data de resolução da solicitação; E-mails ou documentos formais, e seus arquivos/documentos anexos, enviados pela Contratada e pela Contratante a respeito da ordem de serviço em aberto; Relatórios de fiscalização técnica apontando os serviços de manutenção corretiva em cada mês de vigência da contratação e as eventuais aplicações de IMR.
Forma de acompanhamento	E-mail institucional e processo de gestão e fiscalização do contrato
Periodicidade	A cada ordem de serviço/chamado de manutenção corretiva
Mecanismos de cálculo	(Dias úteis percorridos) = (Data de realização do atendimento e/ou encerramento da OS) - (data de abertura da OS)
Faixas de ajuste no pagamento	Uma vez que os objetos de contrato são serviços por empreitada, cujos chamados de manutenção corretiva são individualizados, a medição será por chamado e glosa afetará apenas o valor da parcela referente àquele equipamento em manutenção, do seguinte modo: a) Cumpridos os prazos indicados na meta a cumprir: 100% do valor da parcela contratado; b) Atraso de até 5 dias úteis: 98% do valor da parcela contratada; c) Atraso do 6º dia até o 10º dia útil: 96% do valor da parcela contratada; d) Atraso acima de 10 dias úteis: 93% do valor da parcela contratado.
Observações	As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto; Caso para uma mesma ordem de serviço a Contratada tenha descumprido diferentes metas (por exemplo ter atrasado injustificadamente a data de realização do atendimento presencial e do atendimento para troca de peças, conforme o exemplo 2 indicado anteriormente) deverão ser aplicados acumuladamente os IMR para cada meta descumprida; Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização e gestão do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa (por exemplo: os casos em que o equipamento precisa de manutenção mas permaneceu funcionando, mesmo que parcialmente, sem prejuízos aos exames realizados).

13. DA PESQUISA DE PREÇOS

13.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

14. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

14.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da última assinatura eletrônica (Superintendente do CH-UFC).

14.2. A vigência poderá ser prorrogada, por interesse das partes, até o limite de 5 (cinco) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 14.2.1. seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 14.2.2. seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do serviço;
- 14.2.3. seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 14.2.4. haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação; e
- 14.2.5. seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União:

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- 15.2.1. Gestão/Unidade: 155020
- 15.2.2. Fonte de Recursos: SUS/REHUF/PRHOSUS
- 15.2.3. Programa de Trabalho: 10302511885850023
- 15.2.4. Elemento de Despesa: 339039
- 15.2.5. Plano Interno: será informado posteriormente, no momento do cadastro junto à SEDE, com os níveis de detalhamento previstos na legislação e na Portaria - SEI 1 (SEI nº 35945644).

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DA MATRIZ DE RISCOS

16.1. A Matriz de Riscos relacionada a este Termo de Referência, apresentada no Anexo I, define os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

16.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a CONTRATADA deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, apresentando as seguintes informações mínimas:

- 16.2.1. o detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- 16.2.2. as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- 16.2.3. as medidas que estão sendo adotadas e as que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- 16.2.4. as obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- 16.2.5. outras informações relevantes.

16.3. Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão, a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento.

16.3.1. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções cabíveis.

16.4. O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente à CONTRATADA, não dará ensejo à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

16.4.1. Fica vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

16.5. O Termo de Contrato poderá ser rescindido quando demonstrado que, a despeito de terem sido adotadas todas as medidas para sanar os efeitos do evento, a sua manutenção se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou for excessivamente onerosa.

16.6. A CONTRATADA declara:

- 16.6.1. Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato e;
- 16.6.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

16.7. Os fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos na Matriz de Riscos, serão comunicados no prazo de 5 (cinco) dias úteis e decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- ANEXO I - MATRIZ DE RISCO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL
- ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE VISTORIA;
- ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA;
- ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;
- ANEXO V - MODELO DE CARTA DE PREPOSIÇÃO.

19. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. O Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

EDUARDO FROTA OLIVEIRA
Chefe do Setor de Engenharia Clínica - SEC/DLIH/GAD/CH-UFC - Coordenador

FRED OLAVO ARAGÃO ANDRADE CARNEIRO
Médico - UGCD/STESP/DGC/GAS1/CH-UFC - Integrante técnico

FÁBIO FRANCISCO EVANGELISTA LEAL
Engenheiro Clínico do Setor de Engenharia Clínica - SEC/DLIH/GAD/CH-UFC - Integrante técnico

REGIS BARRETO AGUIAR FONTELES
Engenheiro Clínico do Setor de Engenharia Clínica - SEC/DLIH/GAD/CH-UFC - Integrante técnico

ANTONIO VIANA BARBOSA NETO
Assistente administrativo do Setor de Engenharia Clínica - SEC/DLIH/GAD/CH-UFC - Integrante técnico

ROBSON DE ALMEIDA DE SOUZA
Assistente administrativo da Unidade de Planejamento de Compras - UPC/SAD/DAF/GAD/CH-UFC- Integrante administrativo

20. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1. Chefia de Divisão e Gerência Administrativa do Complexo Hospitalar da UFC.

JOELSON VITORIANO DOS SANTOS LIMA
Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar da EBSERH - Complexo Hospitalar da UFC (HUWC e MEAC)

ROCHELLE GONÇALVES DE SOUZA
Gerente Administrativa da EBSERH - Complexo Hospitalar da UFC (HUWC e MEAC)

ANEXO I - MATRIZ DE RISCO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

CATEGORIA DO RISCO	NÚMERO	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	ALOCACÃO DO RISCO	RESPOSTA	CONTROLES	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Necessidade de prolação de termo aditivo quando da sua ocorrência?
Risco atinente ao Tempo da Execução	1	Atraso na execução contratual por razão da CONTRATADA	Aumento do custo do serviço	CONTRATADA	PREVENIR	Acompanhamento próximo por parte da fiscalização. Comunicação próxima com a CONTRATADA.	Aplicação de sanções cabíveis à CONTRATADA.	NÃO
	2	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução	Aumento do custo do serviço.	CONTRATADA	PREVENIR	Acompanhamento próximo por parte da fiscalização. Comunicação próxima com a CONTRATADA.	Aplicação de sanções cabíveis à CONTRATADA.	NÃO
		Fatos retardadores ou impeditivos da						

	3	execução do Contrato, que não estejam na álea ordinária do contratado, tais como fatos do príncipe.	Aumento do custo do serviço.	CONTRATANTE	ACEITAR	de reserva de contingência de tempo e recursos sempre que aplicável.	Repactuação de prazos para execução dos serviços.	SIM
Risco da Atividade Empresarial	4	Ausência pontual de recursos para empenho e pagamento das despesas	Pedido de rescisão contratual por parte da CONTRATADA / Impossibilidade de manutenção de serviços essenciais aos usuários do CH-UFC.	CONTRATANTE	PREVENIR	Planejamento da contratação contemplar medidas que inibam este tipo de ocorrência.	Alinhamento com a CONTRATADA de nova data.	NÃO
	5	Pagamento de valores diferentes ou não previsto no contrato	Dano ao erário com possibilidade de rescisão contratual.	CONTRATANTE	MITIGAR	Acompanhamento próximo por parte da fiscalização. Comunicação próxima com a CONTRATADA.	Alinhamento com a CONTRATADA para correção dos valores.	NÃO
	6	CONTRATADA informar que não foi comunicada de eventual irregularidade	Dificuldade em sancionar a CONTRATADA.	CONTRATANTE/CONTRATADA	MITIGAR	Acompanhamento próximo por parte da fiscalização. Comunicação próxima com a CONTRATADA.	Reenviar notificação/publicar no DOU e apuração de irregularidade.	NÃO
	7	CONTRATADA comunicar que não recebeu Nota de Empenho	Desabastecimento/ Inexecução Contratual.	CONTRATANTE/CONTRATADA	MITIGAR	Acompanhamento próximo por parte da fiscalização. Comunicação próxima com a CONTRATADA.	Reenviar Nota de Empenho à CONTRATADA e alinhar novo canal de comunicação efetivo.	NÃO
	8	CONTRATADA não manter as condições de habilitação	Impossibilidade de geração de empenho para novas ordens de aquisição de material/ fornecimento ou serviço/eventual desabastecimento.	CONTRATADA	MITIGAR	Processo de contratação robusto buscando fornecedores estáveis.	Alinhamento com a CONTRATADA e aplicação das sanções cabíveis.	NÃO
	9	Atraso no fornecimento ou execução contratual	Impossibilidade momentânea da manutenção de serviços essenciais aos usuários.	CONTRATADA	MITIGAR	Processo de contratação robusto buscando fornecedores estáveis.	Alinhamento com a CONTRATADA e aplicação das sanções cabíveis.	NÃO
	10	CONTRATADA não aceitar a prorrogação do Contrato	Descontinuidade do serviço/ Desabastecimento/ Dano ao erário/ Contratação emergencial.	CONTRATANTE	MITIGAR	Processo de contratação robusto buscando fornecedores estáveis.	Elaboração emergencial de novo processo de contratação.	NÃO
Tributário e Fiscal (não tributário)	11	Responsabilização da Ebserh por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da Ebserh.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	CONTRATADA	TRANSFERIR	Acompanhamento dos processos de pagamento pela fiscalização administrativa e pelo Setor de Orçamento e Finanças.	Transferência da responsabilização à CONTRATADA.	NÃO

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE VISTORIA

Declaro que, nesta data, às _____ horas, a empresa _____, CNPJ nº _____, telefone _____, endereço eletrônico _____, vistoriou as dependências do Complexo Hospitalar do Ceará - Ebserh (HUWC e MEAC), situado à Rua Pastor Samuel Munguba, 1290 - Rodolfo Teófilo - CEP 60430-370 - Fortaleza - CE, em conformidade com Edital nº XX/202X e seus Anexos/Termo de Referência, tomando conhecimento de todos os aspectos técnicos e condições e do grau de dificuldade existentes no local onde será executado o serviço referente Modalidade da Licitação nº XX/202X, não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Em _____ de _____ de 20__.

Nome, Cargo e Matrícula
CONTRATANTE

Nome e Qualificação do preposto ou representante da LICITANTE

ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA

Declaro que a empresa _____ CNPJ nº _____, telefone _____, endereço eletrônico _____, não teve interesse em realizar a visita técnica nos locais onde serão executados os serviços referente Modalidade da Licitação nº XX/202X, não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Em ____ de _____ de 20 ____.

Nome, Cargo e Matrícula
CONTRATANTE

Nome e Qualificação do preposto ou representante da LICITANTE

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE

RAZÃO SOCIAL/ NOME FANTASIA:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE/FAX/E-MAIL:

2. PREÇOS OFERTADOS

Item	CATSER/CATMAT	Descrição	Categoria	Quantidade anual estimada	Valor anual estimado
1	16055	Serviço de manutenção de baixa complexidade em endoscópio flexível sem desmontagem do equipamento, incluindo obrigatoriamente a troca da borracha da ponta, em videogastroscópios, videocolonoscopios e videoduodenoscopios.	Serviço	53	R\$
2	16055	Serviço de manutenção de média complexidade em endoscópio flexível com a desmontagem parcial do equipamento, incluindo obrigatoriamente a troca da borracha da ponta, em videogastroscópios, videocolonoscopios e videoduodenoscopios.	Serviço	41	R\$
3	16055	Serviço de manutenção de alta complexidade em endoscópio flexível com a desmontagem completa do equipamento, incluindo obrigatoriamente a troca da borracha da ponta, em videogastroscópios, videocolonoscopios e videoduodenoscopios.	Serviço	29	R\$
4	416589/tubo completo	PEÇAS E PARTES PARA VIDEOENDOSCOPIOS (VALOR ANUAL PREVISTO para aplicação de peças, sendo valor fixo como teto, já fixado para a contratação) (Peças compatíveis para aplicação combinada com pelo menos um dos serviços descritos entre os itens do Grupo).	Material	-	R\$ 270.000,00
TOTAL					

2.1. A empresa declara, sob as penalidades cabíveis, e para fins de participação no Certame (Pregão ____/ 202X), que:

2.2.3. Nos preços propostos, estão incluídas todas as despesas e insumos necessários à perfeita execução dos serviços, tais como: salários, materiais, equipamentos, seguros, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações, objeto da licitação.

2.2. O prazo de validade da proposta é de xx (valor por extenso) dias.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
Nome/RG/CPF

ANEXO V - MODELO DE CARTA DE PREPOSIÇÃO

Por meio da presente, nomeio na qualidade de preposto, _____, brasileiro(a), casado(a), profissão, inscrito sob o CPF sob o nº _____, RG sob o nº _____, com endereço à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____/UF, Registro Nacional Profissional _____ para fins de representar a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na cidade de _____/UF, situado na rua nº _____, bairro _____, perante às obrigações relacionadas ao contrato ____/____, oriundo da licitação ____/____, celebrado com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.

Cidade, ____ de _____ de 20__.

Responsável da empresa

- 

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Frota Oliveira, Chefe de Setor**, em 27/03/2026, às 22:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
- 

Documento assinado eletronicamente por **Regis Barreto Aguiar Fonteles, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 30/03/2026, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
- 

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Francisco Evangelista Leal, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 30/03/2026, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
- 

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Viana Barbosa Neto, Assistente Administrativo**, em 31/03/2026, às 08:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
- 

Documento assinado eletronicamente por **Robson de Almeida de Souza, Assistente Administrativo**, em 01/04/2026, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
- 

Documento assinado eletronicamente por **Rochelle Goncalves de Souza, Gerente**, em 01/04/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
- 

Documento assinado eletronicamente por **Joelson Vitoriano dos Santos Lima, Chefe de Divisão**, em 02/04/2026, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
- 

Documento assinado eletronicamente por **Fred Olavo Aragao Andrade Carneiro, Médico(a)**, em 22/04/2026, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59249656** e o código CRC **665393B8**.

Referência: Processo nº 23533.030466/2024-01 SEI nº 59249656